



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL

### PARECER JURÍDICO

**“MANUTENÇÃO DO VETO À PROPOSIÇÃO Nº 04/2025, À PROPOSIÇÃO DE LEI N.º 29/2025, QUE “AUTORIZA O MUNICÍPIO A REPASSAR O IFA (INCENTIVO FINANCEIRO ADICIONAL AOS AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE E AOS AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS NO MUNICÍPIO DE ITURAMA.”**

#### **I – RELATÓRIO:**

Trata-se de Veto à proposição de lei que autoriza o município a repassar o ifa (incentivo financeiro adicional aos agentes comunitarios de saude e aos agentes de combate a endemias no município de iturama pelo Vereador Sinomar Barbosa de Moraes.

Nas razões do veto foi alegado que a matéria apresenta vícios de inconstitucionalidade quanto ao aspecto formal e ao material, sendo que envolva a competência da organização administrativa e a afetação de recursos orçamentarios sendo a materia reservada ao chefe do poder legislativo.

Este é o breve relatório.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO:**

A matéria vem disciplinada pelo artigo 53 da Lei Orgânica Municipal, *verbis*:

*Art. 53. Aprovado o projeto de lei, este será enviado ao Prefeito, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º O Prefeito considerando o projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento e comunicará,*



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL

*dentro de 48 horas, ao Presidente da Câmara, os motivos do veto.*

*(...)*

*§ 4º A apreciação do veto pelo Plenário da Câmara será dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer das Comissões ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos vereadores, em escrutínio secreto.*

No mesmo sentido dispõe os artigos 265 e 289 do Regimento Interno desta Casa, transcrevemos:

*Art. 265. Só pelo voto de maioria absoluta dos vereadores em escrutínio, secreto, pode a Câmara rejeitar o veto, aprovando a proposição.*

*(...)*

*Art. 289. A apreciação do veto pelo Plenário da Câmara será dentro de 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer das comissões ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos vereadores, em escrutínio secreto.*

Nos termos do art. 290 do Regimento Interno, o veto deve ser submetido à apreciação de uma **Comissão Especial** nomeada pelo Presidente da Câmara, para emissão de parecer no prazo de 08 (oito) dias, devendo um dos membros, obrigatoriamente, pertencer à Comissão de Finanças, Justiça e Legislação:

*Art. 290. O veto parcial ou total, depois de lido no expediente, e distribuído à Comissão Especial, nomeada pelo Presidente da Câmara, na forma deste Regimento, para sobre ele emitir parecer no prazo de oito (8) dias, contados do despacho de distribuição.*

*§ 1º Um dos membros da comissão deve pertencer, obrigatoriamente à Comissão de Finanças, Justiça e Legislação.*





# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL

*§ 2º Rejeitado o veto, será a proposição de lei enviada ao Prefeito para promulgação.*

*§ 3º Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no artigo 289 o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediatamente, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final, ressalvado o projeto de iniciativa do Prefeito, com solicitação de urgência.*

*§ 4º A não promulgação da lei no prazo de quarenta e oito (48) horas pelo Prefeito, criará para o Presidente da Câmara a obrigação de promulgá-la, em igual prazo e se este não o fizer, caberá ao Vice-presidente fazê-lo.*

### III – CONCLUSÃO:

Considerando que nos termos do Art 16 da Lei complementar 101/2000 considerando a matéria ser privativa do poder executivo, comprometendo a segurança fiscal do município, portanto a proposição de Lei nº. 29/2025, realmente se trata de matéria do poder executivo.

Diante do exposto, OPINO pela manutenção do veto parcial nos moldes apresentados pelo poder executivo.

Salvo melhor juízo, este é o parecer.

Iturama - MG, 22 de março de 2025.

**MAMEDE RAHAL NETO**  
OAB/MG. 145.203